

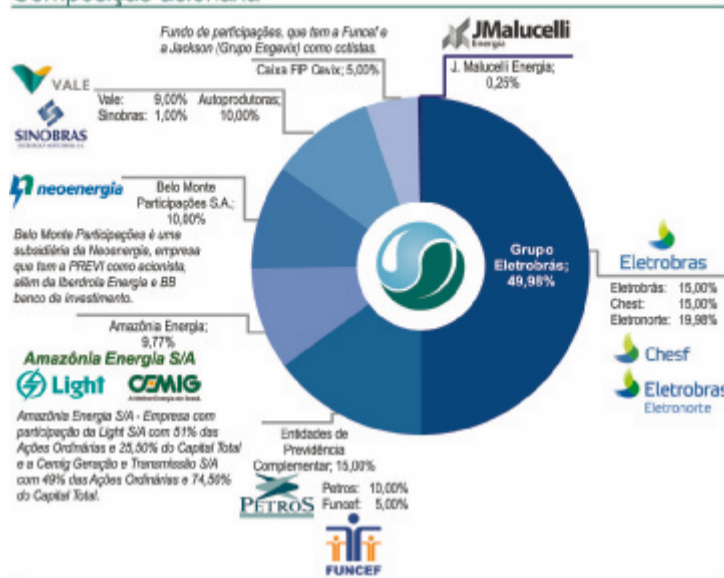


## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

### Localização - Usina Hidrelétrica Belo Monte



### Composição acionária



Com a reestruturação mencionada, a Norte Energia concluiu uma das etapas para a obtenção do financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais agentes financeiros repassadores.

### Atuação Geográfica

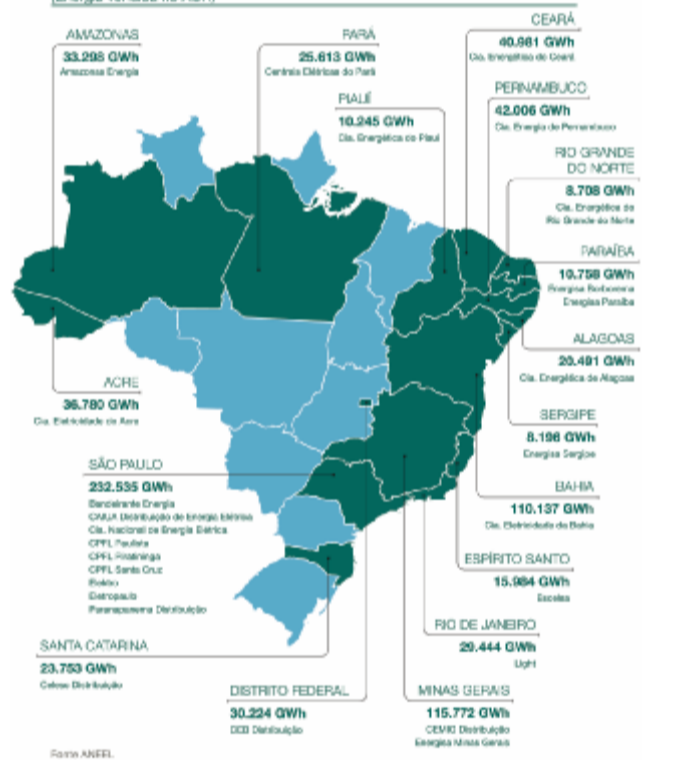
O empreendimento Belo Monte, por meio das suas duas usinas (Belo Monte e Pimental), fornecerá energia elétrica praticamente para 17 estados brasileiros, através de 27 distribuidoras estaduais, em um montante de 70% da energia a ser gerada a partir de 01/02/2015. Destaca-se como maior consumidor o estado de São Paulo, com aproximadamente 29% da energia comprada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

O setor industrial, através dos autoprodutores Vale (9%) e Sinobras (1%), terá seu consumo, também a partir de fevereiro/2015, atendido por Belo Monte.

### Consumidores da Norte Energia

- ENERGIA PRODUTORA PARA 30 ANOS: 1.135.607.289,00 MWh ou 37.853.576,300 MWh/ano ou 3.154.464,692 MWh/mês.
- ACR - 70% - 30 ANOS: DISTRIBUIDORAS MONTANTE DE ENERGIA DE 794.925.102,709 MWh AO PREÇO DE R\$ 100/MWh (consumidor ativo).  
AMAZONAS ENERGIA; BANDEIRANTES ENERGIA; CAIUA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA; CEB DISTRIBUIÇÃO; CELESC DISTRIBUIÇÃO; CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ; CIA. ENERGIA DE PERNAMBUCO; CEMIG DISTRIBUIÇÃO; CIA. ENERGETICA DO PIAUÍ; CIA. NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA; CIA. DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA; CIA. ENERGETICA DO CEARÁ; CIA. ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE; CPFL PAULISTA; CPFL PIRATININGA; CPFL SANTA CRUZ; ELECTRO; CIA. DE ELETRICIDADE DO ACRE; ELETROPOL; ENERGISA BORBOREMA; ENERGISA MINAS GERAIS; ENERGISA PARAÍBA; ENERGISA SERGIPE; ESCELSA; LIGHT e PARAPANAPANA.  
Aproximadamente 29% da energia elétrica negociada no ACR foi comprada pelas empresas distribuidoras do estado de São Paulo.
- AUTOPRODUTOR - 10% - 30 ANOS: MONTANTE DE ENERGIA DE 113.560.728,960 MWh AO PREÇO DE R\$ 100/MWh (sócio da Norte Energia).  
VALE S/A - 9% - 30 ANOS: 102.204.656,00 MWh  
SINOBRAS S/A - 1% - 30 ANOS: 11.356.072,89 MWh
- ACL - 20% - 30 ANOS: MONTANTE DE ENERGIA 227.121.457,800 MWh (mercado livre).

### Estados consumidores da energia de Belo Monte (Energia vendida no ACR)



### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2011, consolidamos importantes conquistas, como a obtenção da Licença de Instalação (LI) da usina hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), em 01 de junho, a realização de investimentos da ordem de R\$ 2,6 bilhões e a consolidação da Governança Corporativa da Companhia.

As escavações nas áreas dos sítios de Belo Monte e Canal de Derivação foram iniciadas em 18 de agosto de 2011, dando suporte às obras de infraestrutura, no sítio Pimental. Além da infraestrutura, iniciamos a travessia do Rio Xingu, no acesso à Ilha do Forno. A partir de março de 2011 foram iniciados os processos de fabricação dos equipamentos eletromecânicos. Desta forma, em dezembro de 2011, o conjunto das atividades de projeto, obras civis e fabricação, alcançou o avanço físico de 5,3% do empreendimento.

Os investimentos de caráter socioambiental, que envolvem ações nas áreas de saúde, educação, saneamento, segurança pública e programas de apoio às comunidades indígenas, nos Municípios da área de abrangência do empreendimento alcançaram o montante de R\$ 120,9 milhões.

Propiciamos, também, apoio ao Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, instituído pelo Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, abrangendo 30 projetos, a partir de 03 de junho de 2011.

A UHE Belo Monte, quando concluída, em 2019, injetará 4.571 MW/médios no Sistema Interligado Nacional (SIN), energia suficiente para atender cerca de 40% do atual consumo residencial do País. Belo Monte, por ser um projeto estruturante e de interesse nacional, é uma obra integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, e está induzindo ações positivas para o bem-estar das populações de sua área de influência.

Agradecemos aos nossos Acionistas, Conselheiros de Administração e Fiscal, colaboradores internos e externos, agentes financeiros, fornecedores de bens e serviços, e à população da área do empreendimento pelo comprometimento com tão importante obra para o desenvolvimento de nosso Brasil.

Carlos R. A. Nascimento | Diretor Presidente

### SOBRE A EMPRESA

#### CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2011 iniciou em certo ritmo de euforia, reflexo da expectativa de que os sinais de recuperação do crescimento econômico de 2010 seriam consistentes e duradouros. Contudo, terminou sob os efeitos do agravamento de outra crise financeira externa (zona do euro), aumento dos riscos geopolíticos e nova discussão sobre a possível desaceleração do crescimento da China.

A grave situação da zona do euro ficou mais evidente quando se tornou certo que a Grécia não faria o ajuste fiscal combinado com as lideranças europeias. A partir daí, os efeitos de instabilidades se espalharam para a economia italiana e espanhola. Os governos da zona do euro passaram por um período de inação, contribuindo para o pico da insegurança, quando o mercado internacional passou a questionar, inclusive, a capacidade da França de reagir a esse cenário. Foi nesse momento que o Banco Central Americano (FED) passou a comandar uma ação coordenada de medidas para ampliar acesso à liquidez pelo sistema bancário. Esse fôlego contribuiu para manter a Grécia em situação de solvência e dissipar, momentaneamente, as preocupações mais alarmantes da crise.

Do lado geopolítico, as preocupações não se restringiram às ameaças da Coreia do Norte e do Irã, mas também aos conflitos no Norte da África e no Oriente Médio, que podem trazer os resultados mais diversos e incertos possíveis.

Restringindo-se ao cenário político, a maior fragilidade veio da presidência dos Estados Unidos, que no embate sobre o teto da dívida pública americana teve que amargar cortes lineares nos orçamentos futuros do país, que desconsideraram o cenário atual da economia americana e retiraram os estímulos fiscais tão necessários no curto prazo. Como consequência desse cenário adverso, os títulos emitidos pelo Tesouro americano sofreram com o rebaixamento de *rating* promovido por agência internacional de classificação.

Como fechamento do cenário externo, destacou-se, no final do ano, a forte retomada da discussão da possível desaceleração da atividade chinesa, pois o país ainda parece sentir bastante as medidas de contenção de crédito adotadas desde 2010.

No Brasil não podia ser diferente. Nos últimos trimestres do ano, os indicadores de atividade econômica sinalizaram os efeitos desse conturbado cenário.

Do lado político, o início do governo mostrou-se forte, enfrentando a saída de ministros, ocasionando pouco impacto nas expectativas dos agentes. Na gestão econômica, temos um governo que se relaciona de maneira alinhada e transparente com o Banco Central, tornando-se possível uma combinação de políticas com viés mais intervencionista no câmbio e com mais controle sobre o crédito. Essa combinação de eventos positivos, pelo lado do cenário interno, mitigaram os efeitos negativos que o cenário externo trouxe para a confiança dos investidores, que estão olhando o Brasil com mais pragmatismo.

Para o ano de 2012, é esperado um olhar redobrado sobre a crise internacional, o mercado de trabalho e a confiança das famílias e dos investidores nas economias mais desenvolvidas, a fim de procurar quantificar o real impacto desses segmentos. Ao mesmo tempo, cria-se uma expectativa sobre as reais mudanças que podem ser implementadas em um cenário de eleições ou véspera de eleições em países de grande representação na economia mundial (EUA, França, China e Alemanha).

As projeções para o ano não deixam de traduzir esse cenário e por isso se espera do Brasil uma recuperação lenta da indústria, ainda que com leve desaceleração do comércio, resultado da perda de dinamismo no mercado de trabalho e de uma expansão de crédito mais próxima a 15% ao ano, abaixo do crescimento dos últimos anos.

Contudo, o governo brasileiro parece estar atento a esse cenário e já no final de 2011 lançou um pacote de Natal sinalizando que está acompanhando a atividade e o câmbio. O Ministro da Fazenda entregou a regulamentação da desoneração de parte da cadeia dos exportadores, reduziu parte da tributação sobre o crédito para pessoa física e aliviou o IPI de eletrodomésticos da chamada linha branca, sem falar no início do ciclo de queda da Taxa de Juros (SELIC), iniciado pelo Banco Central em agosto de 2011, com forte tendência de continuidade ao longo de 2012.

Por isso, apesar da expectativa de crescimento mais tímido em 2012, trabalha-se ainda com um cenário de crescimento anual no Brasil próximo aos 3%, sem um aperto de crédito relevante para as pessoas físicas e jurídicas, o que é positivo para a Norte Energia, que vem atuando fortemente junto às instituições financeiras, buscando finalizar as condições de financiamento de sua estrutura de capital.

### A NORTE ENERGIA

A Norte Energia é uma sociedade anônima de capital fechado, formada por empresas estatais e privadas dos setores elétrico, de mineração, siderúrgico, fundos de pensão, fundos de investimentos em participações e de empresas autoprodutoras de energia, para construir e operar a UHE Belo Monte.

A UHE Belo Monte será construída no rio Xingu, nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, no Estado do Pará.

O arranjo geral da UHE Belo Monte se caracteriza por apresentar sítios de obras distintos e distantes entre si, desde as obras do barramento propriamente dito do rio Xingu, no sítio denominado Pimental, até o sítio Belo Monte, onde será construída a Casa de Força Principal do empreendimento.

O sítio de Belo Monte fica na margem esquerda do rio Xingu e está localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica, situando-se inteiramente no município de Vitória do Xingu.

No total, os municípios que serão afetados pelas obras, instalações e reservatórios da Usina de Belo Monte, no estado do Pará, são: Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, que terão áreas inundadas pelo reservatório; e Senador José Porfírio e Anapu, que têm áreas situadas no Trecho de Vazão Reduzida (TVR), conforme mapa a seguir.

A UHE Belo Monte contará com uma Potência Instalada de 11.233 MW e uma Garantia Física de 4.571 MW.

### Estudos sobre o projeto

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais marcos históricos do planejamento da UHE Belo Monte:

#### Resumo histórico do planejamento da UHE Belo Monte

1979	Conclusão dos Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do rio Xingu.
1980-1988	Realização da Primeira Fase dos Estudos de Viabilidade.
1989	Conclusão dos estudos ambientais.
1984	Revisão dos Estudos de Viabilidade com diminuição da área inundada e não inundação das áreas indígenas.
2000-2002	Realização da Segunda Etapa dos Estudos de Viabilidade, sem os estudos ambientais em virtude de embargo judicial obtido pelo Ministério Público Federal do Estado do Pará, em 2001.
JUL/05	Edição pelo Congresso Nacional do Decreto Legislativo nº 788, autorizando a implantação do empreendimento.
JUL/08	Despacho nº 2.756 aprova a "Atualização do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu" apresentada pela Eletrobras, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht.
FEV/09	EIA e RIMA são submetidos ao Ibama.
2009	Estudos de Viabilidade Complementares (Eletronorte/Eletronorte) e Estudos de Otimização de Engenharia (EPE) - protocolado junto à ANEEL o Relatório Complementar aos Estudos de Viabilidade da UHE Belo Monte, com o objetivo de apresentar as revisões e adequações nos Estudos de Viabilidade de 2002 decorrentes dos estudos de Atualização do Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu e do EIA e RIMA.
FEV/10	Emissão da Licença Prévia da UHE Belo Monte pelo Ibama, atendendo à solicitação da Eletrobras, de março de 2009.
ABR/10	Leilão de Concessão realizado pela ANEEL.
JUL/10	Constituição da Norte Energia S.A.
JAN/11	Emissão da Licença de Instalação do Canteiro de Obras.
JUN/11	Emissão da Licença de Instalação do Empreendimento.

### Estrutura Societária

O ano de 2011 representou um marco importante para a Companhia em face da reestruturação societária, com a entrada da Vale S.A., da Amazônia Energia Participações S.A. e com o incremento da participação da FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A administração da Norte Energia é composta por executivos experientes e guiada pelos princípios das melhores práticas de governança corporativa e comportamento ético, buscando resultados pela via da transparência e respeito ao conceito da sustentabilidade.

A administração adotou uma série de medidas para reforçar os instrumentos de gestão, transparência e responsabilidade corporativa, com reflexos tanto no plano estratégico da empresa, que prevê a possibilidade de entrada da Companhia no Novo Mercado da Bovespa, como, também, no Acordo de Acionistas, que exige diversas medidas de qualidade na tomada de decisão e observância dos interesses de todos *stateholders* do negócio.

Atualmente, a estrutura administrativa e de governança da empresa está organizada conforme organograma abaixo:

#### Estrutura administrativa



A estrutura de governança corporativa está em linha com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

#### Estrutura de Governança

A Companhia vem, incansavelmente, melhorando e aprimorando todas as ações necessárias para consecução do seu objetivo, dando agilidade e transparência à tomada de decisões dentro de rigorosos princípios éticos.

Dentre as ações, pode-se destacar:

- Implantação do Intralink:** Nesse portal são postados documentos e assuntos específicos, que ficam à disposição dos Acionistas, Conselheiros, Seguradoras e Instituições Financeiras, de forma a preservar a reserva e a confidencialidade necessárias pela governança corporativa, inclusive nas hipóteses de conflito de interesses entre as partes relacionadas.

- Implantação SAP:** Sistema corporativo que está em fase de implantação com o objetivo de garantir: integridade e confidencialidade de informações, agilidade na elaboração de informações vitais para a Companhia, segregação de funções, tempestividade e assertividade nas informações enviadas aos acionistas.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração define as estratégias de longo prazo da Companhia e acompanha a execução das políticas estabelecidas, além de tomar decisões acerca de temas relevantes no âmbito dos negócios e da operação, em linha com as atribuições conferidas pelo Estatuto Social. É composto por 12 (doze) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um designado um Presidente, um Vice-Presidente; os demais são denominados Conselheiros. Em 31/12/11, a Companhia contava com 11 conselheiros de administração e, no ano de 2011, foram realizadas 11 (6ª e 16ª) reuniões para deliberações sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos. Os membros do conselho têm mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Nome	Cargo
Valter Luiz Cardeal de Souza	Presidente
José Ailton de Lima	Membro
Adhemar Palocci	Membro
Daniel Sigelmann	Membro
Maurício Muniz Barreto de Carvalho	Membro
Jorge José Nahas Neto	Membro
Marcelo Maia de Azevedo Corrêa	Membro
Demóstenes Marques	Membro
Ricardo Batista Mendes	Membro
Jorge da Motta e Silva	Membro
Fernando Henrique Schüffner Neto	Membro

#### Diretoria

A Diretoria é composta por 7 (sete) Diretores, quais sejam, Diretor Presidente, Diretor de Gestão, Diretor Financeiro, Diretor de Relações Institucionais, Diretor Socioambiental, Diretor de Construção e Diretor de Fornecimento e Montagem, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Nome	Cargo
Carlos Raimundo Albuquerque Nascimento	Diretor Presidente
Marcelo Andreotto Perillo	Diretor Financeiro
Antonio Raimundo Santos Ribeiro Coimbra	Diretor Socioambiental
João dos Reis Pimental	Diretor de Relações Institucionais
Antônio Elias Filho	Diretor de Construção
Wellington Lopes Ferreira	Diretor de Fornecimento e Montagem
Alexandre Ramos Peixoto	Diretor de Gestão

#### Conselho Fiscal

A Norte Energia tem um Conselho Fiscal que funciona em caráter permanente e atua como órgão fiscalizador dos atos de gestão. É composto por 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho tem, entre outras atribuições: analisar as Demonstrações Financeiras e fornecer opinião sobre planos de investimentos. Em 2011, foram realizadas 9 (2ª a 10ª) reuniões do Conselho Fiscal.

Nome	Cargo
Jésus Alves dos Santos	Presidente
Armando Casado de Araújo	Membro
Dioni Barboza Brasil	Membro
José Nunes Paes de Prouença	Membro
Henrique Jager	Membro

#### Auditoria Independente

A divulgação dos resultados da Companhia obedece às normas internacionais de contabilidade definidas pela International Financial Reporting Standards (IFRS) e passam, regularmente, pelo crivo de uma auditoria externa independente.

As demonstrações financeiras do exercício de 2011 foram auditadas pela Ernst Young Terco (2010 PricewaterhouseCoopers) e receberam parecer sem ressalvas.

#### ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A demanda de energia elétrica cresce a passos largos no Brasil, graças ao crescimento econômico sustentado no aumento dos consumos residencial, comercial e industrial.

Não é possível dissociar o crescimento econômico e a qualidade de vida do aumento do consumo de energia elétrica, que exigirá o ingresso de cerca de 71,3 GW na capacidade instalada brasileira entre 2009 e 2019, proveniente de variadas fontes. Esse formidável compromisso, que será exigido do setor elétrico, dará sustentação ao crescimento econômico desejado da ordem de 5,2% ao ano/médio (PDEE 2019).

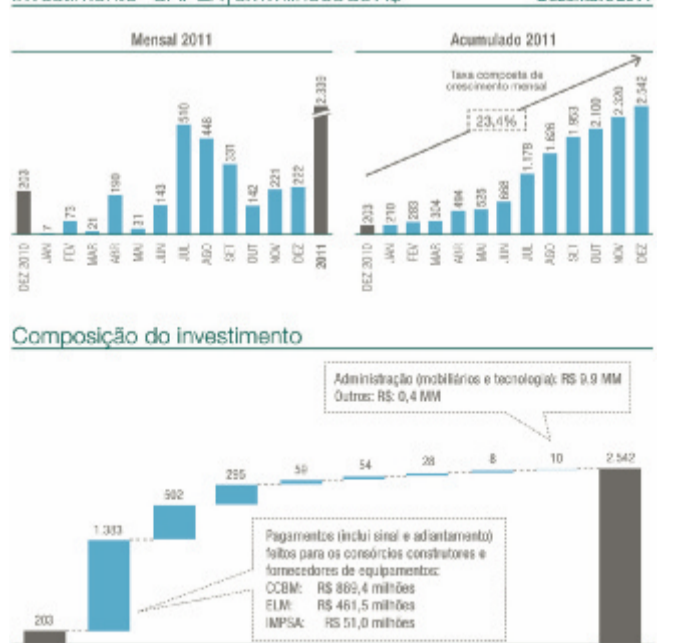
A construção da UHE Belo Monte se insere nesse contexto ao aproveitar o valioso potencial hidrelétrico oferecido pelo rio Xingu, permitindo converter essa riqueza natural em instrumento para o desenvolvimento da região e do país.

#### Desempenho do negócio

A Norte Energia encontra-se em um período pré-operacional e grande parte dos investimentos são aplicados na construção da UHE Belo Monte. Os investimentos realizados em 2011 estão demonstrados nos gráficos a seguir:

### EVOLUÇÃO

#### Investimento - CAPEX | em milhões de R\$



O prejuízo acumulado em 2011 é de R\$ 10,2 milhões, e reflete, basicamente, conforme gráfico a seguir, o resultado da rentabilidade das aplicações deduzido das despesas pré-operacionais.

#### Resultado do período





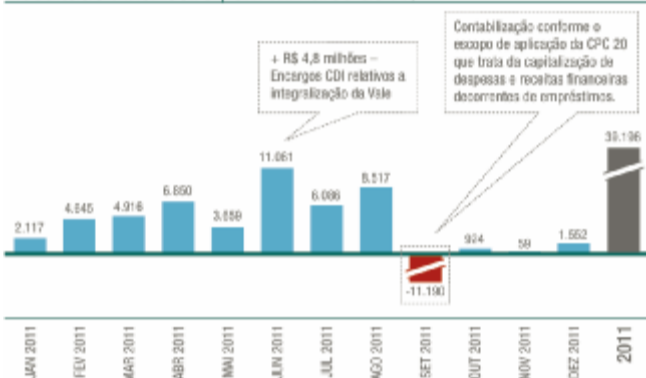
**Lucro/(Prejuízo) Líquido | em milhares de R\$**



**Resultado Financeiro**

As receitas financeiras resultam, exclusivamente, das aplicações financeiras e fundos de investimento. As despesas financeiras compreendem os encargos da dívida provenientes de empréstimo concedido pelo BNDES e de Nota Promissória.

**Resultado Financeiro | em milhares de R\$**



Os resultados apresentados acima estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS).

**Mercado de capitais**

Outro marco importante para a Companhia foi a concretização da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuídas publicamente sob o regime de esforço restrito, com base na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (ICVM) nº 476/09, no valor de R\$750 milhões, tendo garantia firme de instituição financeira privada.

**Gerenciamento de riscos**

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar suas atividades, especialmente os relacionados à fase de construção, na qual se encontra envolvida neste momento, mas não se esquecendo dos riscos que possam afetar também sua situação financeira. Os gestores entendem que o gerenciamento de riscos é fundamental para a fase atual da Companhia, bem como para apoiar a sua capacidade operacional após implantação do projeto de construção da UHE Belo Monte.

O organograma a seguir mostra a estrutura macro de implantação do empreendimento, como também a cadeia de subordinação das partes envolvidas. Essa estrutura visa distribuir as responsabilidades de cada uma das partes, buscando otimizar o processo de gerenciamento de riscos.

**Estrutura de Implantação do Empreendimento**

**Proprietário, Financiadores e Seguradores**

- Acionistas
- Conselho de Administração e Fiscal
- Seguradora e Resseguradora
- Financiadores
- Órgãos de Governança

**Projetistas, EP & Consultores**

- Board de Consultores
- Projeto Básico
- Engenharia do Proprietário
- Gerenciamento de Interfaces

**Fornecedores**



Toda essa equipe de partes envolvidas está empenhada, cada um na sua esfera de atuação, com o trabalho de identificação de eventos de riscos de toda natureza, assim como no estudo de alternativas de prevenção e mitigação de tais riscos.

Atualmente, a equipe de planejamento e execução da obra está elaborando planos de execução de ações corretivas (planos de contingência de toda ordem, planos de continuidade de operação, gestão de crises e tumultos).

Adicionalmente, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva têm a preocupação em buscar parceiros de alto nível para a manutenção de um relacionamento justo e de longo prazo. Sendo assim, buscou-se no mercado os maiores prestadores de serviço dentro de sua área de atuação para a contratação dos fornecedores de máquinas e para construção da obra civil.

Quanto à questão dos seguros do empreendimento, vale citar que a Companhia é contratante de um programa de seguros composto por um painel de seguradoras e resseguradoras, sendo a líder do painel do Resseguro a Munich Re (líder mundial e no Brasil de Riscos de Engenharia), e do painel do Seguro a Mapfre Vera Cruz Seguradora.

A Mapfre Vera Cruz Seguradora emitiu licença com vigência de 31/08/2011 a 31/01/2021. O valor em risco é de R\$ 19.967 milhões, com limite máximo de indenização, por evento, de R\$ 2 bilhões. A cobertura do seguro de risco de engenharia engloba: erro de projeto, manutenção ampla (24 meses), afretamento de aeronaves, deslaminado, tumulto, greves, honorários de peritos e despesas de salvamento e contenção. Os segurados são a Norte Energia e respectivos subcontratados que operem no sítio da obra.

A fim de evitar penalidades regulatórias e prejuízos à reputação da Companhia e suas partes relacionadas, os processos de governança incluem revisão dos controles internos constantemente.

**RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A UHE Belo Monte será responsável por mudanças significativas no cenário natural das regiões onde o empreendimento está localizado.

Serão realizados projetos concernentes ao fortalecimento de instituições e direitos indígenas, readequação do serviço de educação, saneamento básico, melhoria das habitações e planos de sustentabilidade econômica.

**Compromisso ambiental**

Em observância às fortes condicionantes ambientais, a UHE Belo Monte foi planejada com operação em regime de fio d'água, o que permitiu uma redução expressiva no tamanho do reservatório e, consequentemente, da área a ser inundada.

Ao longo de sua elaboração, o projeto de aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte foi profundamente modificado, com vistas a restringir os impactos que o projeto poderia acarretar ao meio ambiente e à população da região. A área de inundação foi reduzida em 60% em relação ao projeto inicial. A título de comparação, enquanto a média nacional de área alagada é de 0,49 km² por MW instalado, a Usina de Belo Monte deverá contar com uma relação de apenas 0,04 km² por MW instalado. Ademais, dos 503 km² de área inundada, cerca de 228 km² (44%) correspondem ao próprio leito original do rio.

**Respeito às áreas indígenas**

Foi tomado o cuidado de não inundar terras indígenas, que permanecerão intocadas pela barragem, canteiros de obra, estradas de acesso e demais estruturas de engenharia necessárias para a construção do empreendimento.

Além disso, o Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte prevê a implantação de Unidades de Conservação em duas áreas situadas na margem direita do rio Xingu, permitindo a formação de um bloco contínuo de florestas, com área aproximada em 1 milhão de hectares, próximo às terras indígenas. A área preservada equivale a quase duas vezes o território do Distrito Federal.

Ações de proteção das terras indígenas foram apoiadas pela Norte Energia, com a construção de bases de apoio para fiscalização por parte dos órgãos de segurança.

Visando o fortalecimento institucional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Norte Energia desenvolveu ações em parceria, consistindo no suprimento, em algumas áreas, de mão de obra para atuação nas áreas indígenas.

**Proteção da fauna nativa**

A UHE Belo Monte será provida de escadas para peixes, assim como dispõe Itaipu e as usinas em implantação no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau). Com a adoção dessa medida, a piracema não será impedida pelo barramento, preservando o equilíbrio da fauna aquática do Rio Xingu. Ações efetivas de mitigação de impactos sobre as espécies serão adotadas, conforme acordado junto aos órgãos ambientais, com a elaboração e implementação de um Plano de Conservação de Ecossistemas Aquáticos.

**Atividades afetas aos programas e projetos dos meios físico e biótico**

O Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Belo Monte foi inicialmente protocolado no Ibama no dia 30 de setembro de 2010.

Após várias reuniões e análises junto àquele órgão, ocorridas entre dezembro de 2010 e março de 2011, foram feitos ajustes no escopo dos programas, como também no cronograma, sendo que a última revisão foi protocolada no Ibama em setembro de 2011, cuja versão está vigente.

O PBA é composto por 14 planos que tratam de assuntos dos meios físico, biótico e socioeconômico. Para as questões afetas aos meios físico e biótico são dedicados cinco planos, a saber:

- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA);
- Plano de Gestão de Recursos Hídricos;
- Plano de Acompanhamento Geológico/Geotécnico e de Recursos Minerais;
- Plano de Conservação dos Ecossistemas Aquáticos; e
- Plano de Conservação dos Ecossistemas Terrestres.

Dentro desses planos são previstos, ao todo, 21 programas e 42 projetos a serem desenvolvidos durante a implantação e operação da UHE Belo Monte. No entanto, não projetos que têm previsão de duração de 20 anos, como os projetos de quelônios aquáticos.

Todos os projetos e programas com ações previstas para a etapa de construção estão em curso. Além desses, cabe ressaltar que outros dez projetos, que possuem interface entre os meios físico e biótico e a socioeconomia, estão sendo acompanhados pela equipe da Norte Energia como, por exemplo, os Projetos de Saneamento Básico de Altamira, Vitória do Xingu, Belo Monte e Belo Monte do Pontal, educação ambiental, entre outros.

Cada projeto e programa tem seu objetivo e justificativa de existir, sempre baseado nos impactos que ocorrerão e indicações de formas de mitigação, controle ou compensação desses impactos sobre os meios físico e biótico. As ações foram distribuídas no tempo e espaço em função da dinâmica das obras, tipo de intervenção, ocorrência das espécies de fauna e flora (ecossistemas terrestres e aquáticos), bem como das características físicas regionais.

A condução das ações ambientais de cunho técnico, gerencial e administrativo requer organização, planejamento e integração das equipes envolvidas na implantação do PBA (Norte Energia e prestadoras de serviço), de modo a tornar mais eficiente e tecnicamente robusto o atendimento às condicionantes do licenciamento da UHE, assim como a adequada execução dos diversos projetos do PBA.

Neste sentido, práticas de planejamento estratégico, buscando obter organização, resultados e atendimento dos programas junto às instituições licenciadoras da UHE Belo Monte, têm sido utilizadas pela Norte Energia para a gestão ambiental do PBA e demais ações.

Além das ações do PBA, em atendimento às condicionantes da Licença Prévia (LP), em 2011 foi elaborado o Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção do Médio e Baixo Xingu – Componente Fauna (PAN) e está em elaboração o Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção do Médio e Baixo Xingu – Componente Flora, com previsão de término em 2012. Está em discussão um Termo de Cooperação junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) para a implantação das ações desses PAN.

A Norte Energia promoveu todas as atividades para a elaboração dos PAN, atendendo plenamente as demandas apontadas pelo ICMBIO, quer sejam técnicas, logísticas e institucionais.

Paralelamente à elaboração desses planos de ação e à execução dos diversos programas/projetos do PBA, a Norte Energia tem apoiado diretamente as ações de fiscalização ambiental conduzidas pelo Ibama, Sema PA e Prefeitura de Senador José Porfírio. Junto ao Ibama, foi firmado, em maio/2011, um Acordo de Cooperação Técnica onde a Norte Energia tem a responsabilidade de fornecer logística para material apreendido pelo Ibama (condicionante da LP). E, junto à prefeitura, será firmado um Termo de Cooperação Técnica e Financeira para fortalecer as ações de fiscalização e proteção ambiental na região dos tabuleiros de desova das tartarugas, no Trecho de Restituição de Vazão (TRV).

Estão sendo realizados estudos de ecologia da paisagem para atender também as demandas de compensação ambiental na aplicação em unidades de conservação na região de inserção do empreendimento.

Dentre os programas e projetos de maior visibilidade, destacam-se:

- resgate de fauna e flora;
- conservação de quelônios aquáticos;
- conservação de ictiofauna;
- qualidade da água superficial;
- desmatamento e destinação adequada da madeira;
- pesca sustentável;
- recuperação de áreas degradadas e reconexão funcional de fragmentos; e
- atividades minerárias e garimpeiras.

Tanto o PBA quanto outras ações de gestão ambiental, no âmbito dos meios físico e biótico, estão sendo desenvolvidas para atender plenamente as demandas do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, exaradas na LP nº 342/2010 e LI nº 795/2011.

**Ações do meio socioeconômico**

Os programas do meio socioeconômico estão organizados em 47 projetos e abrangem os seguintes aspectos:

- Sociais;
- Econômicos;
- Infraestrutura;
- Apoio Institucional; e
- Valorização Cultural.

Os programas voltados à área social desenvolvem um sistema de acompanhamento e monitoramento, por meio de visitas diretas às famílias na área do entorno das obras, verificando suas características sociais e econômicas e suas possíveis vulnerabilidades em relação ao empreendimento. Este acompanhamento é direcionado para o atendimento social direto. Serão acompanhadas mais de 6.000 famílias e serão realizados convênios com a Prefeitura Municipal de Altamira para apoio à rede de assistência social.

Aspectos de comunicação e mobilização social são intensos desde a época dos estudos ambientais. A partir da obtenção da LI, em junho de 2011, já foram feitas mais de 4.000 visitas às famílias diretamente afetadas e realizadas 42 reuniões com a participação de 4.185 pessoas.

Destaca-se a criação, em julho de 2011, do Fórum de Acompanhamento Social (FASBM), composto por membros do poder executivo e legislativo dos cinco municípios da AID (Altamira, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapu e Senador José Porfírio), representantes dos setores de agropecuária, indústria e comércio, pescadores, atividades extrativistas, trabalhadores, Ibama, Funai e universidades. O Fórum possui regimento próprio, aprovado em reunião. Já foram realizadas cinco reuniões, com cerca de 200 participantes.

Os programas voltados para os aspectos econômicos desenvolvem atividades ligadas à capacitação e assistência técnica, nas áreas ligadas à produção agropecuária, extrativista e, também, à atividades tipicamente urbanas, como comércio e serviços. Estão direcionadas às comunidades mais diretamente atingidas, mas também envolvem o desenvolvimento de oportunidades ligadas ao empreendimento, como a criação dos balcões de oportunidades, cuja implantação foi iniciada em dezembro de 2011. Os dados dos estudos ambientais indicaram a existência de 666 estabelecimentos interferidos na cidade de Altamira, com atividades econômicas, sendo 351 comerciais, 234 de serviços e 81 industriais, dados que estão em fase de confirmação por meio do cadastro socioeconômico em elaboração.

Em relação à infraestrutura, estão em pleno desenvolvimento diversas obras, como construção e reforma de escolas, de unidades básicas de saúde e hospitais. Serão 153 obras de educação e saúde. As obras de educação atenderão 32 mil alunos, com infraestrutura das escolas recuperadas, doação de equipamentos e capacitação profissional. Na área de saúde, as obras ampliarão a capacidade de atendimento atual, com ações diretas de disponibilização de equipamentos, medicamentos e recursos humanos.

**Execução dos Planos de Remanejamento da População Atingida nas áreas Urbana e Rural - programas**

Os Planos de Remanejamento da População Atingida na área Rural e Urbana têm se desenvolvido com bastante tranquilidade e têm obtido a adesão da população de forma satisfatória.

Os cadastramentos socioeconômico e fundiário, bem como o levantamento físico das beneficiárias são feitos após reuniões de mobilização da comunidade, momento em que são apresentadas as diversas fases de execução dos programas de atendimento da população atingida e de arrendo, as opções de indenização, reassentamento coletivo e reassentamento assistido (Carta de Crédito). Foram realizadas, até o presente momento, em torno de 70 reuniões, com a participação de cerca de 5.000 pessoas. Essas reuniões tiveram o envolvimento de movimentos sociais, sindicatos, Ministério Público, Defensoria Pública, Ibama e outros.

Como resultado, até o momento, foram aplicados, na zona urbana de Altamira, 5.100 cadastros socioeconômicos, 5.250 cadastros fundiários e foram realizados 1.200 levantamentos físicos de beneficiárias (atividade necessária para elaboração dos Laudos de Avaliação dos imóveis).

Na área rural, foram aplicados 850 cadastros socioeconômicos, 1.100 cadastros fundiários e 750 levantamentos físicos de beneficiárias. Ainda na área rural, já foram negociados/adquiridos 542 imóveis.

Os imóveis adquiridos na área rural estão localizados nos canteiros do Sítio Pimental, Sítio Belo Monte, Canteiro do Canal e Canal, Canteiro Bela Vista, Porto, além de acessos (estradas vicinais, Travessa 27 e Travessa 55) essenciais à obra.

**Oportunidade para desenvolvimento regional**

A construção do empreendimento vai gerar em torno de 20 mil empregos diretos e inúmeros empregos indiretos na região. O efeito indireto sobre a economia também será significativo, com o aumento na demanda por trabalho, serviços e insumos, dinamizando a estrutura produtiva das comunidades próximas à hidrelétrica, melhorando, e assim, a qualidade de vida de todos os envolvidos.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PERÍODO DE 21 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	Período de 21 de julho a 31 de dezembro de 2010 (*)
<b>Despesas Operacionais</b>		(53.566)	(7.245)	(7.245)
Administração	13	(53.566)	(7.245)	(7.245)
<b>Prejuízo Operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>39.197</b>	<b>3.878</b>	<b>3.878</b>
Receitas Financeiras	14	62.403	3.889	3.889
Despesas Financeiras	14	(23.206)	(11)	(11)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(14.369)</b>	<b>(3.367)</b>	<b>(3.367)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(3.745)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	7.896	1.144	1.144
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(10.218)</b>	<b>(2.223)</b>	<b>(2.223)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído, por lote de mil ações, atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (R\$)</b>		<b>(0,00700)</b>	<b>(0,01328)</b>	<b>(0,01328)</b>
<b>Quantidade de ações do capital - lotes de mil</b>		<b>1.460.010</b>	<b>167.410</b>	<b>167.410</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

(\*) A Companhia foi constituída em 21 de julho de 2010 e está em fase pré-operacional. Assim, por não ter informações comparáveis entre períodos, optou-se por apresentar os saldos acumulados do período de existência do ano de 2010.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	250.621	76.963	Fornecedores		188.820	731
Aplicações financeiras	5	646.034	-	Partes relacionadas	10	417	131.276
Tributos a recuperar		9.962	873	Empréstimos e Financiamentos	10	1.879.752	-
Despesas antecipadas	6	28.226	3.656	Outras contas a Pagar	9	16.298	15.069
Outros créditos		62	20			<u>2.085.287</u>	<u>147.076</u>
		<u>934.905</u>	<u>81.512</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Utilização do Bem Público - UBP	8	145.771	-
Despesas antecipadas	6	43.501	26.736			<u>145.771</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	7.896	1.144	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	7	2.542.358	202.840	Capital social integralizado	11	1.460.010	167.410
Intangível	8	149.967	31	Prejuízo acumulado		(12.441)	(2.223)
		<u>2.743.722</u>	<u>230.751</u>			<u>1.447.569</u>	<u>165.187</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>3.678.627</u></b>	<b><u>312.263</u></b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b><u>3.678.627</u></b>	<b><u>312.263</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PERÍODO DE 21 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.369)	(3.367)
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa para reconciliação do prejuízo</b>			
Depreciação e amortização	7 e 8	284	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	4.151	1.144
<b>Prejuízo ajustado</b>		<b>(9.934)</b>	<b>(2.223)</b>
<b>Variação no ativo</b>			
Tributos a recuperar		(9.089)	(873)
Despesas antecipadas		(41.335)	(30.392)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.753)	(1.144)
Outros créditos		(41)	(20)
<b>Variação no passivo</b>			
Fornecedores		188.089	731
Utilização do Bem Público - UBP		145.771	-
Outras contas a pagar		1.229	15.069
<b>Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) de atividades operacionais</b>		<b>267.937</b>	<b>(18.852)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aumento de imobilizado	7	(2.339.725)	(202.840)
Aumento de ativos intangíveis	8	(150.013)	(31)
Aplicações financeiras		(646.034)	-
<b>Fluxo líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(3.135.772)</b>	<b>(202.871)</b>
<b>Caixa de caixa das atividades de financiamento</b>			
Obtenção (Pagamentos) de empréstimos e partes relacionadas	10	1.748.893	131.276
Aporte dos acionistas para aumento de capital	11	1.292.600	167.410
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>3.041.493</b>	<b>298.686</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>173.658</b>	<b>76.963</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>250.621</b>	<b>76.963</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
(\*) A Companhia foi constituída em 21 de julho de 2010 e está em fase pré-operacional. Assim, por não ter informações comparáveis entre períodos, optou-se por apresentar os saldos acumulados do período de existência do ano de 2010.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E PERÍODO DE 21 DE JULHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais)

	Capital social Integralizado	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total Patrimônio Líquido
Integralização de capital em julho de 2010	10	-	10
Integralização de capital em agosto de 2010	74.400	-	74.400
Integralização de capital em setembro de 2010	93.000	-	93.000
<b>Transações de Capital com os Sócios</b> </			



de R\$ 6.000.000 (Nota 11), sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

A garantia física instalada da UHE Belo Monte, para o período em que as unidades geradoras foram energizadas, é de 4.118,9 MW médios para a casa de força principal e de 152,1 MW para a casa de força complementar.

Coube ao Governo Federal regular a exploração pela Companhia do potencial de energia hidráulica, no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, estado do Pará, denominado Usina Hidrelétrica Belo Monte, com potência instalada mínima de 11.000 MW, na casa de força principal, e 233,1 MW na casa de força complementar.

Em 12 de junho de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu Licença de Instalação contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sites construídos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, tornando a construção das barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada d'água principal, sistema de transposição de embarcações e sistema de transposição de peixes. Esta licença compreende ainda as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sites construídos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal, complementada até ao rio Xingu e Altamira, respectivamente, canteiro de obras dos sites: Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associadas à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das Demonstrações Financeiras em 25 de janeiro de 2012.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

**2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requeriam maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

**2.2 Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (Real brasileiro), que é a moeda funcional da Companhia.

**2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionado à aquisição de ativos qualificados, e está em fase pré-operacional. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados durante o período em que atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas, conforme disciplina o CPC 20.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quanto for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Tendo em vista a fase pré-operacional em que se encontra a Companhia, tanto a vida útil, quanto o eventual valor residual desses ativos ainda não foram estabelecidos para fins de reconhecimento da depreciação.

**2.5 Intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzida a amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos na aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados, sendo amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

**2.6 Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios da Companhia, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses da data do balanço. Tais obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.7 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captações (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, capitalizados no custo do investimento específico.

Os empréstimos estão classificados como passivo circulante, pois vencem no curso do exercício subsequente.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo, que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade, deduzidos das receitas provenientes de aplicações financeiras em conexão ao empréstimo.

**2.8 Provisões**

As provisões constituídas são apenas as inerentes a direitos trabalhistas, tendo em vista que o empreendimento está em fase pré-operacional.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar o ativo ou obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

**2.9 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São apresentados ao valor de custo ou de requisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados ao valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

**2.10 Capital social**

O capital social é todo composto por ações ordinárias não incorrendo custo na emissão.

**2.11 Imposto de renda e contribuição social diferido**

Os encargos de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgado, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecidas essas posições, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável) decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando-se alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferido – ativo e passivo – são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos – ativos e passivos – se relacionam com os impostos administrados pela mesma entidade tributária ou diferentes entidades tributárias em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

**2.12 Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

**2.13 Redução do valor recuperável dos ativos – CPC 01**

A administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável quando o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

**2.14 Resultado por ação**

Calculado com base no número de ações do capital social integralizado na data do balanço. O cálculo do lucro ou prejuízo por ação é feito dividindo-se o lucro líquido, ou o prejuízo do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

**2.15 Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem:

a) Ativos e passivos apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

b) Aplicações financeiras: o valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais. As aplicações financeiras estão classificadas como destinadas à negociação (Nota 5).

c) Fornecedores: a dívida com fornecedores é reconhecida pelo seu custo, amortizada por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, e são classificadas como empréstimos e recebíveis.

d) Financiamentos e empréstimos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de construção da Companhia e, eventualmente, suprir as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo (Nota 10).

e) Os financiamentos e empréstimos em moeda nacional são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

f) O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

**2.16 Provisão de Impostos e Mensuração**

A seguir, são listadas as normas emitidas pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a administração, de forma razoável, espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho da Companhia, mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

a) IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.

b) IAS 12 – Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimentos mensurados pelo valor justo. Introduz a presunção irrefutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimentos mensurados pelo método do valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. A citada emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.

c) IAS 19 – Benefícios aos Empregados (Emissão). O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

d) IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011). Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

e) IAS 28 – Contabilização de Investimentos em Associações e Joint Ventures (revisado em 2011). Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associações e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associações. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

f) IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração. O IFRS 9, na forma como foi emitido, reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará a contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final do primeiro semestre de 2012. A adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas posteriormente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

g) IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das informações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**3.1 Estimativas e eventos contábeis críticos**

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza

relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**3.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade operacional para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor aos acionistas.

Condizente com outras estratégias de seu ramo de atuação, a Companhia monitora o capital com base no índice de liquidez financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Recursos em banco e em caixa

Depósitos bancários de curto prazo – CDB

Compreende os valores de caixa e equivalentes decorrentes em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez.

**5. Aplicações Financeiras**

Fundo de Aplicação – CEF

Fundo de Aplicação – BTG Pactual

Parte substancial das disponibilidades de caixa da Companhia é aplicada em Fundos Excluídos de Renda Fixa de Crédito Privado de Longo Prazo, cujo regulamento atende a critérios definidos pela gestão da Companhia, onde são permitidos unicamente a aquisição de títulos de renda fixa (público e privados). A aquisição dos títulos privados segue uma rígida política de crédito que permite a aquisição de títulos emitidos por instituições de primeira linha (Rating com Grau de Investimento – Agência Internacional). Os fundos possuem tratamento fiscal diferenciado por serem de longo prazo, mas a liquidez dos títulos emitidos por instituições privadas é elevada (carência máxima de 90 dias), sendo que o alongamento do prazo médio da carteira do Fundo é obtido por meio da aquisição de títulos públicos de longa maturação, que implicam em risco insignificante de alteração de valor, pois são pós-fixados e indexados à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

O valor do patrimônio do fundo é resultado da soma do saldo de cada um dos títulos que compõem a sua carteira, sendo o valor da cota calculado pelo administrador do fundo.

O valor de mercado dos títulos públicos na carteira do fundo é marcado a mercado, conforme, critérios estabelecidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

Os títulos privados são valorizados a mercado por meio de metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos.

A composição consolidada da carteira dos Fundos pode ser observada na tabela abaixo:

**Exposição (%)**

Instituições Financeiras Privadas

Instituições Financeiras Públicas

Títulos Públicos

**6. Despesas antecipadas**

Prêmios de Seguros

Outros

Circulante

Não circulante

Os prêmios de seguros compreendem: (i) seguro contratado com J. Malucelli Seguradora S.A., para cobertura de risco de R\$ 1.045.996, com prêmio de R\$ 31.867 e vigência de 6 de agosto de 2010 a 30 de abril de 2019, registrado no Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. O encargo de amortização mensal é de R\$ 303, registrado no ativo imobilizado; (ii) seguro de responsabilidade civil para diretores e administradores contratado com Liberty Seguros S.A., com limite máximo de cobertura de R\$ 50 milhões, prêmio de R\$ 515 e vigência de 3 de janeiro de 2011 a 03 de janeiro de 2013, registrado no Ativo Circulante. O encargo de amortização mensal é de R\$ 43, registrado em despesas administrativas no resultado do período; (iii) seguro de Risco de Engenharia, contratado com a Mapfre Vera Cruz, com limite máximo de cobertura de R\$ 19.967.728, prêmio de R\$ 223.506 e vigência de 31 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2021, tendo sido paga em dezembro de 2011 a primeira parcela do prêmio no valor de R\$ 47.313; (iv) a ACE Seguradora S.A. emitiu outro certificado de seguro, atestando que cobrirá reclamações por danos decorrentes de Responsabilidade Civil do Segurado, com importância assegurada de R\$ 90 milhões para cada ocorrência que exceder a R\$ 10 milhões, para cada apólice do Risco de Engenharia, com vigência de 01/03/2011 até 31/01/2019.

**7. Imobilizado**

**Saldos em 31/12/2010 Adições Transferências Saldos em 31/12/2011**

**Gerção em curso**

Terenos

Reservatório, barragens e adutores

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e Equipamentos

A Ratear (c)

Estudos e projetos (a)

Estudos e projetos para fornecedores (b)

Depósitos Judiciais (d)

**Administração em Serviço**

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e Equipamentos

Móveis e Utensílios

**(-) Reintegração Acumulada**

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e Equipamentos

Móveis e Utensílios

**Administração em Curso**

Edificações, obras civis e benfeitorias

Máquinas e Equipamentos

Móveis e Utensílios

Adiantamento a fornecedores

**Total do Imobilizado**

**Adiantamento a fornecedores**

(a) Estudos e projetos – Refere-se, substancialmente, aos investimentos iniciais com estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Belo Monte. Atualmente, existem diversos estudos sendo realizados de levantamento topográfico e geodésicos que servirão de base para o projeto básico consolidado do empreendimento.

(b) Parte dos valores classificados na rubrica "geração em curso" se refere a adiantamentos feitos para a Impsa – Wind Power Energia S.A. e Consórcio ELM (Albom, Andritz e Voith Hydro) para fornecimento de equipamentos eletromecânicos, e Consórcio CCBM (Consórcio construtor Belo Monte), responsável por toda obra civil da construção da Usina.

(c) A rubrica "A Ratear", destina-se ao reconhecimento dos custos realizados em benefícios da obra, que não sejam passíveis de alocação ao respectivo tipo de bem ou direito pelo sistema de ODI.

(d) A rubrica "Depósito Judicial" destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas à imobilização em curso, pelo sistema de ODI.

**Descrição Imobilizado em Serviço**

**Gerção**

**Imobilizado**

**Administração**

**Imobilizado**

**Imobilizado em Curso**

**Imobilizado**

**Total do Imobilizado**

**Utilização do Bem Público – UBP**

**Intangível em Serviço**

**Marcas e patentes**

**Licença de uso de software**

**(-) Reintegração Acumulada**

**Intangível em Curso**

**Marcas e patentes**

**Licença de uso de software**

**Seguros**

**Outros**

**Taxas Anuais de Amortização**

**Intangíveis em Serviço**

**Administração**

**Licença de uso de software**

**Marcas e patentes**

**Intangível em Curso**

**Gerção**

**Marcas e patentes**

**Utilização do Bem Público – UBP**

**Administração**

**Licença de uso de software**

**Total dos Intangíveis**

**9. Outras contas a pagar**

Folha de pagamento líquida

Tributos retidos na fonte

Tributos a recolher

ISS

INSS

PIS/COFINS/CSLL

Outros

Marcas a Pagar

Obrigações estimadas (Férias)

Outros

**10. Empréstimos e Partes Relacionadas**

O saldo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 dos empréstimos e partes relacionadas é composto:

**Descrição**

**Empréstimo – BNDES**

**Nota Promissória**

**Partes Relacionadas**

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação.

Atualmente a Companhia possui dois empréstimos de curto prazo, cujo objetivo da captação é o de prover recurso de terceiros que possibilitassem a criação de valor para os acionistas até a finalização

do processo de captação de dívida estruturada de longo prazo, mais adequada para empresas com projetos de investimento em infraestrutura de longa maturação.

Em 16 de junho de 2011, foi assinado contrato junto ao BNDES de empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 1.087 milhões. O empréstimo tinha vencimento de juros e principal em dezembro de 2011, mas foi negociado e aprovado pelo BNDES a postergação do vencimento para maio de 2012, mediante apresentação de renovação da fiança bancária. Sobre o valor do empréstimo incide Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de 2,0% de juros a.a. Os recursos foram destinados ao pagamento de fornecedores e prestadores de serviços.

Em 12 dezembro de 2011, foi assinado Instrumento Particular de Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Títulos Não Promissórios Comerciais, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição de instituição financeira privada. Trata-se da primeira emissão pública da Norte Energia S.A. As Notas Promissórias foram subscritas e integralizadas no dia 23 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 750 milhões ao custo de 109% do CDI e tem vencimento em junho de 2012.

Para a fiança bancária do empréstimo-ponte do BNDES e das notas promissórias, os acionistas da Companhia apresentaram contragratania corporativa proporcional não solidária. O atual custo da fiança contratada junto a instituição financeira privada para garantir o empréstimo-ponte do BNDES é de 0,99% a.a. Os atuais contratos de financiamento não incluem nenhum *covenant* que obrigue a Companhia a manter certo índice de liquidez e capacidade de pagamento.

Não existe dívida financeira com partes relacionadas. O valor devido pela Companhia a Partes Relacionadas, constante do balanço, decorre de fatura emitida em dezembro de 2011, com prazo de vencimento em janeiro de 2012, referente a contrato de prestação de serviço de Engenharia do Proprietário com acionistas da Companhia.



# Norte Energia

## Usina Hidrelétrica Belo Monte

Norte Energia S.A. | CNPJ: 12.300.288/0001-07



### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Valter Luiz Cardeal de Souza** - Presidente

<b>José Ailton de Lima</b>	Membro	<b>Marcelo Maia de Azevedo Corrêa</b>	Membro
<b>Ademar Palocci</b>	Membro	<b>Demóstenes Marques</b>	Membro
<b>Daniel Sigelmann</b>	Membro	<b>Ricardo Batista Mendes</b>	Membro
<b>Maurício Muniz Barreto de Carvalho</b>	Membro	<b>Jorge da Motta e Silva</b>	Membro
<b>Jorge José Nahas Neto</b>	Membro	<b>Fernando Henrique Schüffner Neto</b>	Membro

### DIRETORIA

**Carlos Raimundo Albuquerque Nascimento** - Diretor Presidente

<b>Marcelo Andreetto Perillo</b>	Diretor Financeiro	<b>Antônio Elias Filho</b>	Diretor de Construção
<b>Antonio Raimundo Santos Ribeiro Coimbra</b>	Diretor Socioambiental	<b>Wellington Lopes Ferreira</b>	Diretor de Fornecimento e Montagem
<b>João dos Reis Pimentel</b>	Diretor de Relações Institucionais	<b>Alexandre Ramos Peixoto</b>	Diretor de Gestão

### CONSELHO FISCAL

**Jésus Alves dos Santos** - Presidente

<b>Armando Casado de Araújo</b>	Membro	<b>José Nunes Paez de Proença</b>	Membro
<b>Dioni Barboza Brasil</b>	Membro	<b>Henrique Jager</b>	Membro

**ITECON - Instituto Técnico de Contabilidade**

**José Antônio França** - CRC/DF 2864

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas e o relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Relatório dos Auditores Independentes - Ernst & Young Terco - emitido sem ressalvas em 25.01.2012, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira, patrimonial e de gestão da Companhia, recomendando que estes sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Brasília-DF, 27 de março de 2012.

Jésus Alves da Costa

Presidente do Conselho Fiscal

Armando Casado de Araújo  
Conselheiro

Henrique Jager  
Conselheiro

Dioni Brasil  
Conselheiro

José Nunes Paez de Proença  
Conselheiro

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Norte Energia S.A.

Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Ênfase - Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Também, conforme descrito na referida Nota Explicativa, a Companhia necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, assim como as demonstrações do resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa relativas ao período de 21 de julho (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2011, que não conteve qualquer modificação, mas conteve ênfase sobre a fase pré-operacional, com teor semelhante ao parágrafo anterior deste relatório.

**Brasília (DF), 25 de janeiro de 2012.**

**ERNST & YOUNG TERCO**

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2 SP 015199/O-6-F-DF  
Marcos Antonio Quintanilha  
Contador CRC-1SP132776/O-3-T-SC-S-DF

Aderbal Alfonso Hoppe  
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-DF